



15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

DRAWBACK: UM ESTUDO EVIDENCIANDO SEU CONCEITO, EMBASAMENTO LEGAL, E VANTAGENS NA REDUÇÃO DE CUSTOS QUANDO UTILIZADO DA MANEIRA APROPRIADA.

Julia Zatariano

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

juzatariano@gmail.com

Sérgio Murilo Petri

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

smpetri@gmail.com

Resumo

De acordo com a atuação mais ativa do país no comércio exterior, há uma maior atenção na tributação em relação às operações, tanto de importações como de exportações, o que resulta na necessidade das empresas atuantes no ramo terem conhecimentos sobre formas legais de redução da tributação. Em face do exposto, o presente artigo aborda o regime aduaneiro especial Drawback, um benefício fiscal utilizado para importações de insumos primários. O objetivo do artigo é disponibilizar de mais conteúdo sobre o regime abordado, como a sua legislação e modalidades, com um enfoque em demonstrar as vantagens em sua utilização. A metodologia do presente artigo foi embasada por pesquisas bibliográficas, e conta com duas simulações. A primeira simulação é de uma importação utilizando o regime estudado, enquanto a segunda evidencia a compra de insumos no mercado nacional. Posteriormente realizou-se uma análise de resultado e concluiu-se que, no âmbito financeiro, a utilização do Drawback na importação gera mais vantagens do que a compra dos insumos no mercado nacional, fato importante para tomada de decisões quando se refere à redução de custos para empresas que utilizam desta operação.

Palavras-chave: Drawback. Isenção. Benefício.

Área temática: Contabilidade Tributária.

Realização:





1 INTRODUÇÃO

A atuação do país no comércio exterior vem apresentando um crescimento no decorrer dos anos, e o que mais preocupa os empresários neste ramo de atuação, é a alta carga tributária sobre importações e exportações, que por muitas vezes é considerada um verdadeiro obstáculo para a redução de custos de uma empresa que utilize estas operações fato que traz como consequência o endividamento ou até mesmo a falência de muitas empresas.

A empresa deve contar com um planejamento tributário eficaz para contornar estes obstáculos tributários, o que eleva a responsabilidade da controladoria. Nascimento e Reginato (2007, apud SAGAZ F., SAGAZ C., 2007, p. 5) enfatizam que a controladoria deve focar nas possibilidades de redução da carga tributária da organização.

O artigo apresenta como forma de redução tributária, o Drawback, um incentivo fiscal que surgiu em 1966, porém pouco exercido pelas empresas que importam insumos primários e utilizam estes para a fabricação de seu produto final, que posteriormente será exportado. De acordo com Sagaz (2007), é um incentivo para as exportações com o intuito de reduzir a carga tributária, custos de produção e melhora no desempenho do fluxo de caixa.

Conforme a Cartilha do Drawback Integrado do ano de 2014, o Drawback é um benefício fiscal concedido às empresas que importam insumos primários, os quais são utilizados na elaboração de produtos finais, destinados assim à exportação. O Drawback possui a finalidade de incentivar as empresas nacionais a produção e a posterior exportação, abrindo assim as portas para o comércio exterior. Em relação ao conteúdo exposto, e no âmbito financeiro, surge a questão: **qual é mais vantajoso para empresa? A importação utilizando o Drawback, ou a utilização de insumos do mercado nacional?**

O Drawback conta com três modalidades, sendo estas: isenção, suspensão e restituição; sendo os dois primeiros o foco do presente artigo, o qual possui o objetivo de esclarecer o seu conceito, demonstrar como é utilizado na redução tributária e evidenciar a vantagem ou a desvantagem em sua utilização por meio de duas simulações a fim de proporcionar um entendimento mais claro sobre o tema abordado.

Justifica-se este artigo pela disponibilização de mais conteúdo sobre a utilização do Regime Aduaneiro do Drawback, e mostrar como o mesmo é utilizado na prática. O artigo pretende abordar sobre o assunto de forma clara e objetiva, possibilitando a fácil compreensão para os usuários e fazer uma comparação no âmbito financeiro, ao utilizar o Drawback na importação dos insumos, e ao utilizar os insumos provenientes do mercado nacional.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção, aborda-se a metodologia utilizada ao longo do trabalho, assim como o procedimento técnico utilizado na coleta de dados para as simulações presentes no

Realização:





artigo.

2.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto ao objetivo do presente artigo, emprega-se a pesquisa descritiva, devido à identificação e comparação dos dados utilizados. Segundo Beuren (2003, p.81) ,“A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira, nem tão aprofundada como a segunda.”

A abordagem da pesquisa caracteriza-se como qualitativa devido a utilização de métodos com foco na identificação, comparação e análise detalhada e aprofundada. A pesquisa qualitativa não possui o foco em números, como também acentua o entendimento de uma organização, grupo social e entre outros. De acordo com Richardson (1999, p. 102), o foco principal da pesquisa qualitativa não se enquadra somente na criação de opiniões significativas e mensuráveis, e sim no entendimento de um fenômeno social através de entrevistas e análises qualitativas dos envolvidos.

2.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento técnico utilizado para coleta de dados foi baseado em pesquisa bibliográfica. De acordo com Raupp e Beuren (2003, p. 87), a pesquisa bibliográfica abrange todo o material já publicado sobre o tema referente podendo ser por meio de monografias, revistas, publicações avulsas, pesquisas e entre outros meios. O artigo conta com simulações que apresentam dados fictícios, ou seja, não foram embasadas em um caso real.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas empresas atualmente vêm apresentando dificuldades em alcançar resultados desejados devido à alta carga tributária nacional, fator que gera muita preocupação no momento da apuração do resultado financeiro (SAGAZ; SAGAZ,2007).

De acordo com Sagaz e Sagaz (2007, p.3), os tributos incidentes sobre a importação mais relevantes são:

- Imposto de Importação (II): de competência federal este imposto incide sobre a admissão de produtos no país;
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicações (ICMS): imposto de competência estadual, referente à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual e de comunicações;

Realização:



- Imposto sobre Produtos Industriais (IPI): de competência da União este imposto possui a característica da seletividade, ou seja, quanto mais essencial for considerado o tributo, menor será a alíquota aplicada;
- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS): “Contribuição tributária de caráter social, que tem como objetivo financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades, tanto para os trabalhadores de empresas públicas, como privadas”;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição federal incidente sobre a receita bruta de empresas, destinada aos fundos de previdência e assistência social e da saúde pública;

Em relação ao ICMS, Gorges (2005, p. 416 apud SAGAZ, Fernando Rodrigo; SAGAZ, Carla Amarilho, 2007 p. 3) explica que a base de cálculo do ICMS é:

a soma das seguintes parcelas: o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação; o imposto de importação; o imposto sobre produtos industrializados; o imposto sobre operações de câmbio; quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas devidas às repartições alfandegárias e o montante do próprio imposto.

Nota-se assim, uma super incidência tributária, “onde um imposto entra na base de cálculo do outro de forma cumulativa, ou seja, o II entra na base de cálculo do IPI; o II, o IPI e o próprio ICMS fazem parte da base de cálculo do ICMS.” (SAGAZ; SAGAZ, 2007).

Devido a este fato, a função do setor de controladoria na empresa se torna essencial, uma vez que é neste setor que são formuladas e implantadas estratégias em medidas operacionais e administrativas (Atkinson et al. (2000), Garrison e Noreen (2001)), devendo conter profissionais capacitados e qualificados para análise do melhor método de redução da carga tributária, de acordo com custos e regras da organização.

Para Oliveira, Perez Júnior e Silva (2005, p. 205 apud SAGAZ, Fernando Rodrigo; SAGAZ, Carla Amarilho., 2007 p. 5) “mais do que quaisquer outros profissionais das áreas administrativas ou financeiras, o controller precisa conhecer com grande profundidade a legislação tributária em virtude de suas responsabilidades quanto à eficácia e eficiência nesse gerenciamento.”

3.1 DRAWBACK: BASE LEGAL E CONCEITOS

O Drawback é um regime aduaneiro especial de incentivo fiscal à exportação, sob os termos da Lei nº 8.402/1992. Segundo Silvano (2015), consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre matérias primas, componentes e embalagens, para industrialização de produtos para exportação.

“O Drawback é um incentivo à exportação que se manifesta através de um benefício na importação” (BOCK, 2014, p.4 apud CARVALHO Aline da Silva, 2014,



15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

p.3). O regime foi criado em 1966, pelo Decreto de Lei nº 37 de 21 de novembro de 1966 e embora com poucas pesquisas na área, o regime aduaneiro abordado encontra-se em expansão, fato retratado no decorrer do trabalho.

Segundo a Cartilha de Drawback Integrado (s.a), ocorreram muitas modificações na legislação, originando o Drawback Integrado que é o modelo atual, estabelecido em 2010, distinguido do anterior pela desoneração de tributos na obtenção de insumos no mercado interno.

O Drawback se divide em três metodologias: Isenção, Suspensão e Restituição. Entretanto de acordo com Silvano (2015), o método de restituição não é muito utilizado, e por esta razão não será abordado no presente artigo. A partir disto, o Drawback passou a contar com somente duas modalidades, sendo estas de suspensão e de isenção.

Drawback Integrado da modalidade de Suspensão, criado no dia 25 de Março de 2010, baseia-se na Lei nº 11.945 de 2009, criado no dia 25 de Março de 2010. Nesta modalidade, segundo Hartung, os tributos ficariam suspensos, não se aplicando à importação, mas somente à exportação. Tendo a possibilidade de ser aplicado caso o exportador não embarcar a mercadoria total ou parcial, cabendo assim ao pagamento dos impostos apenas sobre a parcela a qual não foi embarcada, conforme pode se visualizar na figura 1.

Figura 1: Processo geral do Drawback integrado suspensão

Realização:





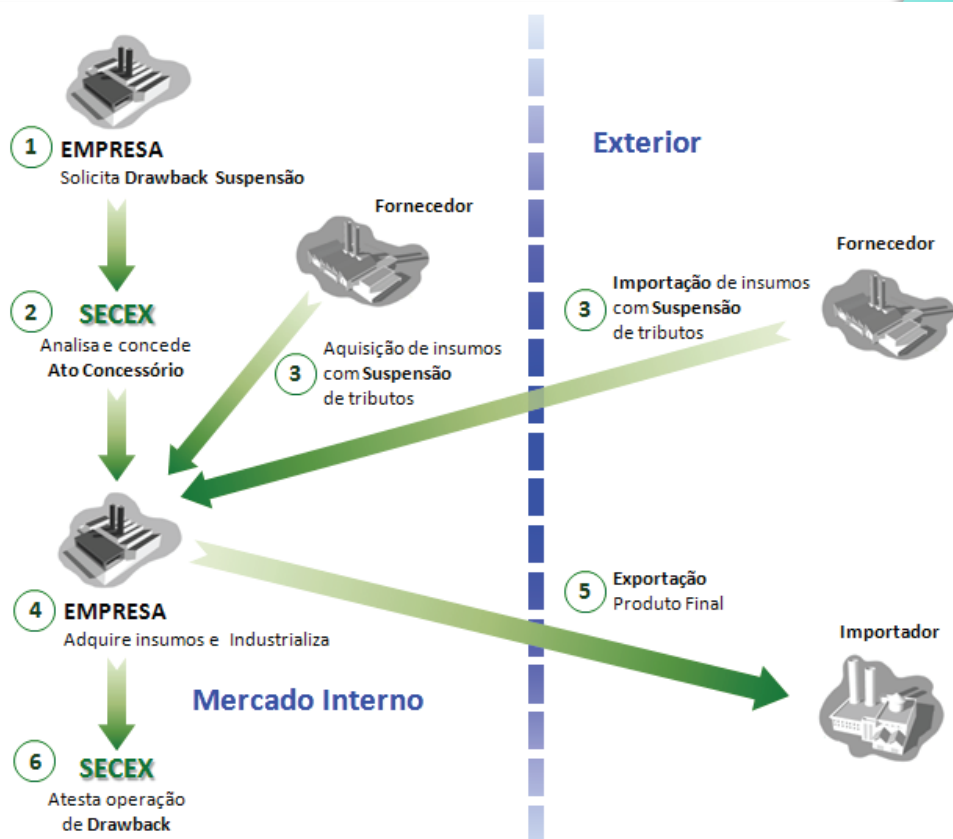
15° ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC



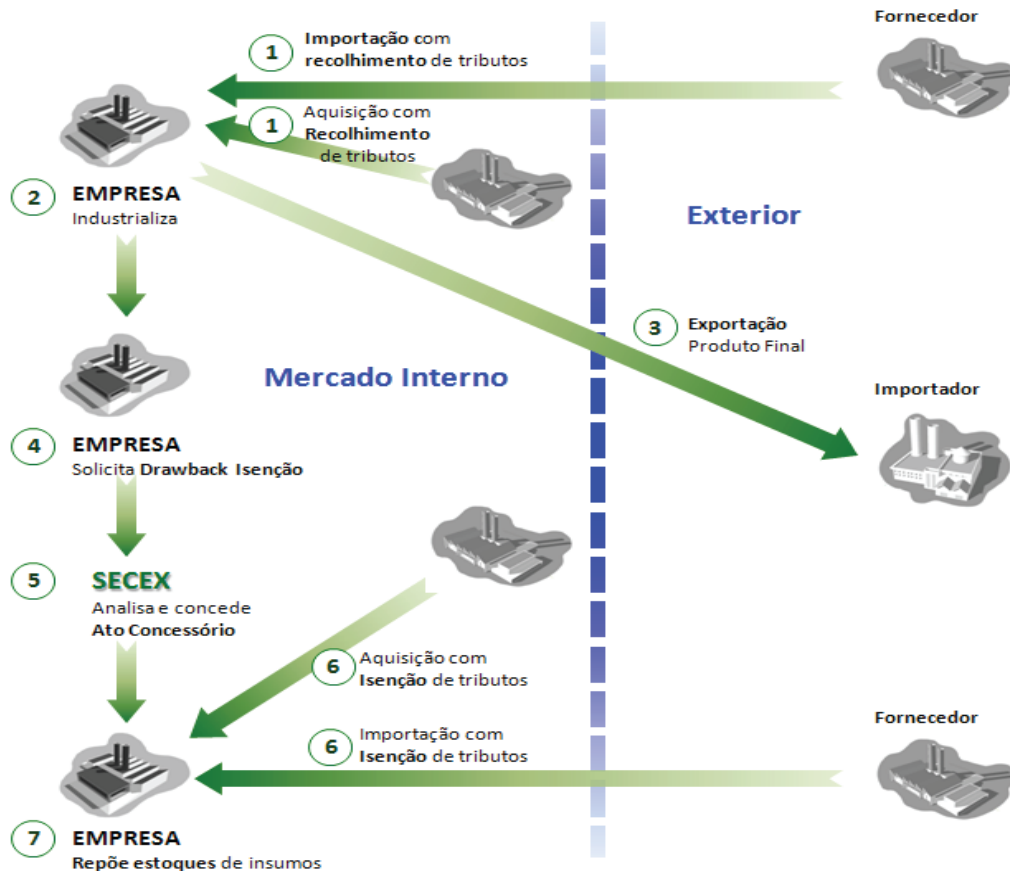
Fonte: Cartilha (2014, p. 9)

O Drawback Integrado da modalidade de Isenção tem como base a Lei nº 12.350 de 2010, e consiste na isenção dos tributos sobre os insumos, tanto importados como os do mercado nacional, partindo do princípio de que os atributos importados tenham sido utilizados para o desenvolvimento do produto final, o qual será destinado á exportação. Ainda de acordo com Silvano (2015), a autorização do tributo leva em consideração todo o processo do produto final até a exportação, ou seja, o recolhimento dos insumos, utilização destes para a fabricação, e posteriormente a exportação, como se observa na figura 2.

Realização:



Figura 2: Processo geral do Drawback integrado isenção



Fonte: Cartilha (2014, p. 15)

Com o início da consolidação das normas sobre o tratamento administrativo das operações de importação, exportação e Drawback (SECEX) em 2003, as normas têm se tornado cada vez mais solidificadas e executadas, atingindo a sua 6ª edição, na portaria SECEX nº 10 de 24 de maio de 2010. Constam, nesta portaria todos os requisitos administrativos necessários quanto a importação, exportação, e as normas gerais do Drawback.

Segundo CARNEIRO (2013, p. 12) de acordo com a portaria, poderá ser utilizado o método do Drawback operações, que se caracterizam como:

- Transformação – exercida sobre matéria-prima ou produto intermediário, na obtenção de espécie nova.

Realização:

**15° ECECON**Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

- Beneficiamento – quando ocorre a modificação, aperfeiçoamento ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto.
- Montagem – consiste na reunião de produtos ou peças que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal.
- Renovação ou recondicionamento – exercida sobre o produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização.
- Acondicionamento ou reacondicionamento – altera a apresentação do produto, pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte de produto. Entende-se como embalagem para transporte, a que se destinar exclusivamente a tal fim e for feito em caixas, engradados, latas, tambores etc.

3.2 O REGIME ADUANEIRO CONFORME A CARTILHA DO DRAWBACK INTEGRADO

Para um melhor entendimento sobre o tema, a tabela a seguir demonstra as alíquotas federais incidentes sobre uma situação fictícia de importação, e de aquisição do mercado nacional, aderindo o valor de 100 reais para cada item demonstrado na tabela. Vale ressaltar que no exemplo não está inserido o valor do ICMS.

TABELA 1: Alíquotas dos tributos federais incidentes sobre uma operação hipotética de importação e de aquisição no mercado Interno

Mercadorias	Alíq. II %	Alíq. IPI %	Alíq. PIS %	Alíq. COFINS %	Total dos tributos na importação(SEM ICMS)	Total dos tributos na aquisição do Mercado Interno (SEM ICMS)
Farinha de milho (1102.20.00)	10	0	1,65	7,6	R\$ 19,25	R\$ 9,25
Chassis com motor para veículo (8706.00.10)	35	25	2	9,6	R\$ 71,60	R\$ 36,60
Revestimento sintético (5702.50.20)	35	10	1,65	7,6	R\$ 54,25	R\$9,25

Fonte: Adaptado da Cartilha de Drawback Integrado/MDIC (s.a)

Segundo os dados fornecidos pela Cartilha de Drawback Integrado/MDIC(s.a), em

8

Realização:



2014 conclui-se que, com o uso do regime de Drawback, obteve-se uma redução de até 71,6% em relação à importação, e de 36,6% em relação à mercadoria adquirida no mercado nacional sem agregar o valor do ICMS tanto na operação de importação, quanto na aquisição no mercado interno.

A tabela 1 apresentada difere do conteúdo disposto na legislação brasileira. Considerando o valor a título de exemplo utilizado na Tabela 1 de R\$ 100,00.

A base de cálculo do IPI, conforme Decreto N° 7.212, de 15 de junho de 2010 no seu:

...art. 190. Salvo disposição em contrário deste Regulamento, constitui valor tributável: I - dos produtos de procedência estrangeira: a) o valor que servir ou que serviria de base para o cálculo dos tributos aduaneiros, por ocasião do despacho de importação, acrescido do montante desses tributos e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis.

De acordo com a Lei N° 10.865, de 30 de abril de 2004:

A base de cálculo do PIS e COFINS no seu Art. 7º do inciso II - o valor pago, creditado, entregue, empregado ou remetido para o exterior, antes da retenção do imposto de renda, acrescido do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS e do valor das próprias contribuições, na hipótese do inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

TABELA 2: Alíquotas dos tributos federais incidentes sobre uma operação hipotética de importação e de aquisição no mercado Interno

	Alíq. II	Alíq. IPI	Alíq. PIS	Alíq. COFINS	Total dos tributos na importação(SEM ICMS)	Total dos tributos na aquisição do Mercado Interno (SEM ICMS)
Mercadorias	%	%	%	%		
Farinha de milho (1102.20.00)	10	0	1,68	8,23	R\$ 19,91	R\$ 9,25
Chassis com motor para veículo (8706.00.10)	35	33,75	2,15	10,62	R\$ 81,52	R\$ 36,60
Revestimento sintético (5702.50.20)	35	13,5	1,68	8,23	R\$ 58,41	19,25

Fonte: Adaptado da Cartilha de Drawback Integrado/MDIC (s.a)

Na tabela anterior, constam os dados corretos quanto ao uso do Drawback regime aduaneiro, visto que a Tabela 1, não possui o IPI, na base de cálculo do tributo, havendo assim uma divergência com a legislação brasileira.

3.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS EM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DO MÉTODO ABORDADO

De acordo com a Cartilha de Drawback Integrado (s.a), quanto às vantagens de adoção ao Drawback, podem ser citados: redução na carga tributária nos impostos

Realização:

incidentes sobre a operação de importação já citados no presente artigo, escusa do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), na competitividade justa com o mercado nacional, diminuição de custos, entre outros.

Em relação às desvantagens, Araújo e Sartori (2004 apud CARVALHO, Aline da Silva, 2014) consideram as principais:

O alto custo administrativo ocasionado pelo controle; inviabilidade do processo devido a aspectos macroeconômicos; lentidão ocasionada pela burocracia; indefinições decorrentes da falta de regulamentação de pequenas e médias empresas; falta de acesso dos consórcios de exportação; tributação do ICMS nas modalidades isenção e restituição; demora no despacho aduaneiro de importação; problemas decorrentes da operacionalização da comprovação das exportações no Sistema de Comércio Exterior (SISCOMEX).

3.4 PESQUISAS SIMILARES

De acordo a maioria das pesquisas relacionadas ao tema Drawback, boa parte evidencia em seus estudos como vantajosa a sua utilização.

A seguir apresenta-se uma tabela com a relação dos principais artigos que possuem diferentes vertentes dentro do tema Drawback, como por exemplo: a legislação sobre o mesmo; a relação da controladoria com o regime aduaneiro especial, a evolução do Drawback entre outros.

Pesquisas Similares ou Correlatadas.

Autoria	Objetivos	Resultado	Mecanismo de pesquisa
Silvano (2015)	Compreender sobre a modalidade de drawback, identificar benefícios e demonstrar sua aplicação	Conclui-se que a utilização do Drawback como incentivo fiscal faz com que a carga tributária do produto exportado seja reduzido significamente	Pesquisa bibliográfica por meios eletrônicos. Como estudo de caso, foi utilizado a apuração de uma empresa pelo Lucro Real.
Carvalho (2014)	Identificar os benefícios e efeitos que a utilização do regime aduaneiro especial Drawback trouxe para a economia brasileira no período de 2004 a 2014.	Observou-se com o conteúdo exposto no artigo, que é vantagem utilizar o Drawback para exportação, para a posição do país frente ao comércio exterior, garantindo a competitividade no mercado externo	Revisão de artigos, pesquisa bibliográfica descritiva.
Evangelista; Alonso Junior; Mazini; Alonso. (2012)	O artigo pretende mostrar a evolução da utilização deste incentivo quanto às exportações, abordando o regime Integrado do Drawback, evidenciando também sua operacionalização e controle administrativo deste regime.	Conclui-se com a utilização do Regime integrado, há uma equiparação quanto ao nacional e o importado, estimulando a produção das empresas importadoras e exportadoras.	Pesquisa bibliográfica descritiva, com estudo de caso com fontes primária e secundárias
VIEIRA (2009)	Descrever aspectos que podem	Constata-se a importância de um	Pesquisa bibliográfica com

**15° ECECON**Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

	possibilitar a redução dos custos tributários presentes nos processos de importação de mercadorias de fora do país	planejamento tributário para a redução do custo tributário.	estudo de caso.
Sagaz; C Sagaz. (2007)	Evidenciar o papel da controladoria no processo de gestão tributária, enfatizando o planejamento tributário apresentando métodos legais da redução da carga tributária	A pesquisa mostrou a relevância da controladoria na redução de custos tributários. Demonstrou os benefícios fiscais e seus reflexo no Fluxo de Caixa	Pesquisa bibliográfica descritiva, com estudo de caso com fontes primária e secundária.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

O presente artigo assim como os demais expostos no quadro acima, contam com o conceito e a legislação referente ao Drawback. A pesquisa de Sagaz (2007) apresenta um enfoque sobre o papel da controladoria na redução da carga tributária, não utilizando o drawback como foco principal do trabalho.

As demais pesquisas contam com a exemplificação do uso do drawback, utilizando estudos de casos, ou simulações, e com os resultados relatando suas vantagens e desvantagens. O diferencial do presente artigo se dá na comparação entre a compra de insumos no exterior e no mercado nacional, evidenciando, por meio dos resultados, a maneira mais rentável à empresa.

3.5 RELAÇÃO ENTRE AS IMPORTAÇÕES TOTAIS E AS IMPORTAÇÕES COM DRAWBACK

Como já retratado no presente artigo, o regime aduaneiro Drawback ainda é pouco utilizado. Entretanto, o regime encontra-se em expansão como demonstram os dados a seguir fornecidos pelo Relatório Atualizado do ano de 2016.

TABELA 3: Dados referentes às importações com Drawback em relação às importações totais dos anos de 2015 e 2016.

ANO	IMPORTAÇÕES TOTAIS	IMPORTAÇÕES COM DRAWBACK	%
2015	171.449.050.909	7.954.964.528	4,6
2016	137.552.002.856	7.176.042.442	5,2

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Ao analisarmos a tabela 3, com os dados fornecidos pelo Relatório Atualizado do ano de 2016 sobre a utilização de Drawback, percebe-se que em 2015 o número de importações via Drawback foi de 7.954.964.528, correspondendo a 4,6% do total representado pelo número de 171.449.050.909.

Realização:



Em 2016 das 137.552.002.856 importações totais registradas, 7.176.042.442 foram feitas pelo regime aduaneiro especial Drawback, correspondendo a 5,2% do total importado.

Entre os anos de 2015 e 2016 apesar da redução no número de importações, a porcentagem de importações via drawback em relação às importações totais realizadas apresentou um aumento de 13,04%.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são abordadas a duas simulações para exemplificação do conteúdo exposto, sendo uma abordando o regime estudado e outra evidenciando a compra dos insumos primários no mercado interno. Posteriormente, há uma análise referente aos dados obtidos.

4.1 SIMULAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DO REGIME ADUANEIRO ABORDADO

Uma determinada empresa situada no Brasil fabricante de peças de roupas em couro, está enfrentando problemas devido à alta carga tributária incidente no couro importado para a utilização na fabricação do produto que posteriormente será exportado. Com isso, a controladoria se ateve em verificar formas de reduzir os custos tributários, utilizando o drawback no método de isenção. A empresa obteve os seguintes resultados retratados na tabela a seguir:

TABELA 4: Valor aduaneiro em relação a importação de couro (NCM: 4104.49.20)

NCM: 4104.49.20	Dólar	Real
Valor da Mercadoria	65.000	202.822,67
Frete	420	1.310,54
Seguro	100	312,03
Valor Total	65.520	204.445,24
Acréscimos (THC)	-	-
Valor Aduaneiro	-	204.445,24
Alíquota II	-	10%
II	-	20.444,52
IPI	0%	0
PIS	1,65%	3.429,94
COFINS	7,60%	16.815,84
TOTAL		245.135,54
Tributos sobre os Insumos	16,60%	40.690,30
Total da Importação Utilizando Drawback		204.445,24

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

No ponto de vista financeiro, a utilização do drawback permitiu que a empresa

Realização:



deixe de desembolsar R\$ 40.690,30, visto que os tributos que envolvem a tributação (PIS, COFINS, II) não serão recolhidos nesta situação.

4.2 SIMULAÇÃO REFERENTE À COMPRA NO TERRITÓRIO NACIONAL.

A presente seção refere-se à simulação na compra de insumos no mercado nacional. Para melhor entendimento, a tabela a seguir demonstra os valores da simulação.

TABELA 5: Não utilizando o drawback aduaneiro em relação a importação de couro (NCM: 4104.49.20)

NCM: 4104.49.20		Real
Valor da Mercadoria		202.822,67
Frete		1.310,54
Seguro		312,03
Valor Total		204.445,24
IPI	0%	0
PIS	1,65%	3.429,94
COFINS	7,60%	16.815,84
TOTAL		224.691,02
Tributos sobre os Insumos	9,01%	20.245,78

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Caso a empresa optar pela utilização de produtos nacionais, geraria um crédito de 20.245,78 que poderá ser compensado com os débitos fiscais, perfazendo o mesmo valor de custo de aquisição.

4.3 ANÁLISE REFERENTE ÀS SIMULAÇÕES

A presente pesquisa teve como âmbito o estudo da utilização do método do Drawback. Em relação às pesquisas similares expostas no trabalho, esta pesquisa se difere do conteúdo exposto, como a correção da tabela extraída da Cartilha do Drawback de 2014, a qual se difere do que consta na legislação brasileira, exposta no artigo de Carvalho (2014).

Em relação ao artigo de Silvano (2015) e ao artigo de Evangelista (2012), os mesmos retratam a utilização do Drawback na importação, não havendo a comparação com a compra de insumos no mercado nacional, fato que é um dos objetivos do presente artigo, o qual abordou este tema evidenciando em simulações.

Vieira (2009) retrata além do regime aduaneiro de Drawback como uma alternativa legal de redução do custo tributário na operação sobre importação, o método de diferimento de ICMS, o qual está evidenciado em seu estudo de caso. Vale ressaltar que no presente artigo o foco se dá no estudo do método Drawback como alternativa de redução do custo tributário, e não em todos os métodos em geral.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a preocupação dos empresários em reduzir a carga tributária sobre a importação de insumos primários, conclui-se a relevância dos estudos apresentados para uma maior compreensão sobre o Drawback, um método que visa justamente reduzir os impostos sobre a operação de importação de insumos primários, que posteriormente serão exportados.

Primeiramente, o artigo contou com a correção da Cartilha de Drawback Integrado/MDIC(s.a), de 2014, a qual divergia da legislação brasileira, não contendo o IPI na base de cálculo para os tributos.

Para responder ao problema do artigo utiliza-se uma simulação evidenciando um caso com a utilização do regime estudado, e outro caso com a compra de insumos primários no mercado nacional, para observar qual alternativa é mais vantajosa para a empresa no âmbito financeiro.

O presente artigo também conta com uma análise que demonstra a relação entre o número de importações e exportações utilizando o Drawback, e com o número total de importações e exportações. Com essa análise conclui-se que com o passar dos anos a utilização deste regime aduaneiro abordado vem sendo cada vez mais utilizado devido aos seus benefícios expostos no presente artigo.

Além de apresentar uma metodologia qualitativa a qual conta com uma comparação e análise detalhada e aprofundada sobre o conteúdo abordado, o estudo apresentou também uma simulação que visa evidenciar o objetivo do artigo que é apresentar e evidenciar se é mais vantajoso a utilização deste ou a compra de insumos no mercado nacional. Como resultado de pesquisa, constata-se no âmbito financeiro, a utilização do regime aduaneiro abordado como método mais vantajoso, visto que com a sua utilização a empresa deixaria de desembolsar certo valor, e se caso optar por utilizar insumos do mercado nacional, seria gerado um crédito que seria compensado com débitos fiscais.

A contribuição deste artigo visa a disponibilidade de conteúdo na área estudada, servindo como fonte para futuras pesquisas, para as quais recomenda-se uma análise utilizando dados verídicos de uma determinada empresa, ou até mesmo uma comparação da utilização do regime abordado em segmentos diferentes, como de vestuários, alimentício, e entre outros, e relatar qual segmento se beneficia mais com a utilização do Drawback.

Por utilizar uma simulação, esta pesquisa conta com dados fictícios, ou seja, não foi embasado em uma situação real, o que limita em trazer o exemplo de uma forma mais próxima da realidade. O pouco conteúdo publicado sobre o tema também foi uma limitação encontrada na elaboração do trabalho.



15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010.** Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7212.htm>. Acessado em 17 abril 2017.

BRASIL. **LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004.** Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.865.htm> acessado em 17 abril 2017.

CARVALHO, Aline da Silva. **A evolução da utilização do Drawback como incentivo a exportação no Brasil.** In: XVI ENGEMA: Inovação e Sustentabilidade de um desafio para enfrentar as mudanças climáticas e seus impactos planetários – São Paulo – SP – Brasil. De 01 a 03 de dezembro de 2014.

EVANGELISTA, Armino Aparecido; JUNIOR, Nelson Alonso; MAZINI, Valter; ALONSO, Vera Lucia Chaves. **DRAWBACK INTEGRADO COMO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL PARA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.** Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/36/2012_36_4509.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Cartilha do Drawback Integrado.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 14 de março de 2017

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Incidência de tributos na Importação.** Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/tributosimportacao.htm>>. Acessado em 19 de março de 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **O regime especial de drawback.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Drawback/regime.htm>>. Acesso em: 21 de março de 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **O regime especial de drawback.** Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais/regimes-aduaneiros-especiais/drawback>>. Acesso em: 19 de março de 2017.

Realização:





15° ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

SAGAZ, Fernando Rodrigo; SAGAZ, Carla Amarilho. **A participação da controladoria na gestão estratégica da tributação reduzindo os custos das importações.** In: XIV Congresso Brasileiro de Custos - João Pessoa – PB – Brasil. De 05 a 07 de dezembro de 2007.

SILVANO, Rodrigo Vanderlei. **Drawback – Compreensão do Regime e seus Benefícios.** Florianópolis, 2015.

VIEIRA, Hudson Marcos da Silva. **A importância do planejamento tributário na importação de mercadorias.** Florianópolis, 2009.

Realização:

